

O Itamaraty protesta contra o bloqueio do BID

O governo brasileiro protestou contra a decisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de condicionar a liberação de um empréstimo de US\$ 350 milhões à conclusão de um acordo com os bancos credores. Em uma nota divulgada ontem, o ministro interino das Relações Exteriores, Marcos Azambuja, afirma que a vinculação "constitui uma condicionalidade nova, ilegítima e inaceitável".

O Itamaraty já começou a convocar os embaixadores dos países que solicitaram o bloqueio do empréstimo — foram citados nominalmente Estados Unidos, França, Canadá, Japão e Grã-Bretanha — para apresentar o protesto brasileiro. Além disso, o embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, foi acionado para fazer chegar à Casa Branca a preocupação do governo brasileiro.

De acordo com o embaixador Marcos Azambuja, a suspensão do crédito teve por objetivo pressionar o País para que acerte com os credores a retomada do pagamento de juros atrasados. Na interpretação do Itamaraty, a decisão contraria as indicações dadas

por alguns dos países que a estimularam — eles teriam garantido que empréstimos de organismos multilaterais, como o BID, não seriam utilizados como elemento de pressão sobre as negociações com credores privados.

A nota lembra ainda que o estatuto do BID não prevê a vinculação entre as decisões do órgão e as relações de seus acionistas com bancos comerciais. Azambuja lembrou ainda que o Brasil tem honrado rigorosamente seus compromissos com as instituições multilaterais de crédito — como o próprio BID, para quem foram transferidos nos últimos quatro anos US\$ 700 milhões.

O governo lamenta ainda que a decisão atinja um projeto na área social, sugerido pelo próprio BID como forma de combater o desemprego. Os US\$ 350 milhões seriam utilizados em obras de saneamento e gerariam 45 mil empregos diretos e 15 mil indiretos. Na mesma reunião, lembra o Itamaraty, foram aprovados projetos da ordem de US\$ 102 milhões na área de ciência e tecnologia (para a Finep, universidades e o próprio Itamaraty) e outro para o BNDES, de US\$ 250 milhões.